

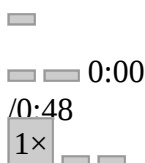
Quinta-Feira, 13 de Agosto de 2026

Senador Jayme Campos acusa ex-governador Mauro Mendes de envolver filha menor em esquema de lavagem de dinheiro

Parlamentar faz denúncias na tribuna do Senado Federal sobre investigação da Operação Heritage que apura suspeitas em Mato Grosso

Conteúdo/ODOC - Durante sessão plenária no Senado Federal na quarta-feira (12), o senador Jayme Campos (União Brasil) apresentou acusações contra o ex-governador Mauro Mendes, relacionadas à **Operação Heritage**, investigação conduzida pela Polícia Federal. Segundo o parlamentar, uma filha menor do ex-gestor estadual teria sido inserida como cotista em empresas suspeitas de integrar uma estrutura ilícita de movimentação de recursos.

"Esse cidadão, aqui de público, eu tenho que dizer, é um homem desumano que envolveu até uma criança, sua filha de 10 anos, como cotista de empresas para lavagem de dinheiro", declarou Jayme ao expor detalhes da operação realizada pela corporação federal.



Em seu pronunciamento, Jayme Campos também reconheceu publicamente a atuação do ministro Flávio Dino, integrante do Supremo Tribunal Federal (STF), na condução do caso. O senador evidenciou ainda que foram executadas 25 operações de busca e apreensão em residências e estabelecimentos vinculados ao ex-governador, pessoas da família e antigos colaboradores da administração anterior.

O parlamentar não poupou críticas aos servidores públicos que exerceram funções importantes durante a gestão Mauro Mendes, sugerindo envolvimento deles em práticas corruptivas. "Da mesma forma, os seus secretários, a maioria também, envolvidos em verdadeira corrupção desenfreada que hoje campeia o nosso Estado", afirmou na tribuna.

A **Operação Heritage** concentra seus esforços em investigar irregularidades envolvendo transferências superiores a R\$ 308 milhões realizadas pelo Governo do Estado de Mato Grosso em contexto de acordo comercial relacionado à operadora Oi. As declarações pronunciadas por Jayme Campos constituem acusações formuladas pelo senador no contexto da investigação e não estabelecem, por si mesmas, conclusão ou condenação judicial relativamente aos denunciados.